



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

É com grande satisfação que a Administração da EIXO SP Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2025. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações financeiras revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

CONTEXTO OPERACIONAL RELACIONADOS AO CONTRATO DE CONCESSÃO E CORONAVÍRUS

Compensação financeira
Em 5 de maio de 2023 a Companhia recebeu do Poder Concedente a título de compensação financeira antecipada a importância de R\$248.034 para recuperação do pavimento das rodovias SP225 e SP310 (sistema remanescente). O valor foi integralmente aplicado nas referidas obras de recuperação e não há impactos no resultado decorrente desta operação.

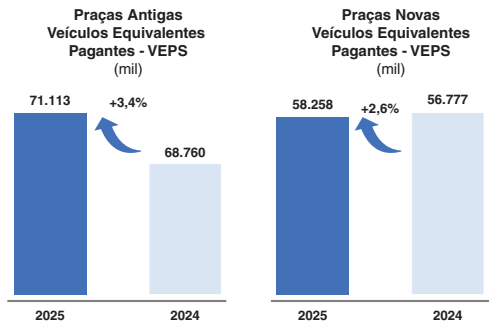
Reequilíbrio Cautelar
A Companhia recebeu, de forma cautelar, no dia 03 de junho de 2024 a importância de R\$ 164.533 referente à 80% do reequilíbrio contratual referente às perdas de receita de pedágio pelos fatores da pandemia COVID e está aguardando os cálculos definitivos do desequilíbrio para correta alocação da importância recebida.

DESEMPENHO OPERACIONAL

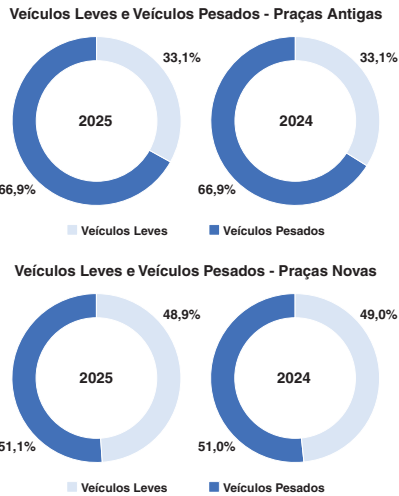
Desempenho Operacional (Mil), exceto Tarifa Média	2025		2024		Δ	
	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas	Praças Antigas	Praças Novas
VEPS¹	71.113	58.258	68.760	56.777	3%	3%
Veículos Leves	23.517	28.513	22.779	27.836	3%	2%
Veículos Pesados	47.596	29.745	45.981	28.941	4%	3%
Tráfego²	34.626	36.977	33.565	36.156	3%	2%
Veículos Leves	23.725	29.056	23.005	28.353	3%	2%
Veículos Pesados	10.610	7.380	10.302	7.323	3%	1%
Veículos Isentos	291	541	258	480	13%	13%
Tarifa Média (R\$)	9,35	7,98	8,90	7,61	5%	5%

Varição no Transporte de Veículos Dessazonalizado ¹²	Leves	Pesados	VEPS Total
Acumulado no Ano (Jan-Dez/25 sobre Jan-Dez/24): Brasil	2,7%	2,5%	2,6%

¹ Considera apenas o fluxo das rodovias sob concessão privada e o efeito de dias uteis, um bissexto e identificação de outliers.
² Informações obtidas a partir dos dados estatísticos da ABCR, disponível em <http://www.abcr.org.br>
Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias - ABCR e da Tendências Consultoria (Índice ABCR Brasil), para as rodovias sob o regime de concessão privada, mostram um aumento de 2,6% no fluxo total de veículos até 31 de dezembro de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior.



No exercício de 2025, as praças de pedágio da EIXO registraram 129,4 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs), um aumento de 3,1% na comparação com o mesmo período de 2024. A performance de veículos pesados no exercício de 2025, representa cerca de 59,8% do tráfego total¹ (59,7% do tráfego em 2024) e apresentaram um aumento de 3,2% no período comparativo. Em veículos leves houve um aumento de 2,8% no mesmo período comparado a 2024.



Os quadros acima referidos não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

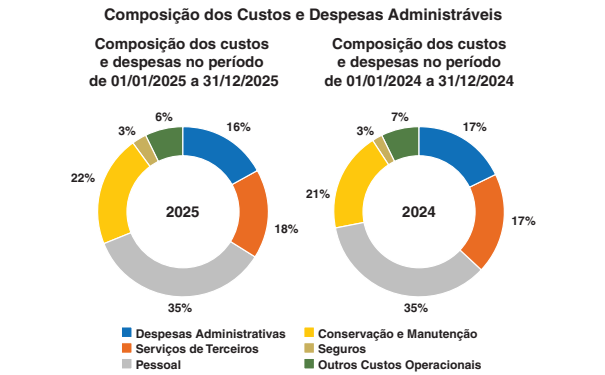
DESEMPENHO FINANCEIRO

Resultado Operacional				
Receita Operacional (R\$ Mil)	2025	2024	Δ	
Receita Bruta	1.792.339	1.471.388	22%	
Receita com Pedágio	1.124.114	1.044.239	8%	
Receitas Acessórias	4.511	4.662	-3%	
Receita de Construção (IFRS)	663.714	422.487	57%	
Receita Bruta Ajustada¹	1.128.625	1.048.901	8%	
Deduções da Receita Bruta	(98.513)	(91.744)	7%	
Receita Líquida Ajustada¹	1.030.112	957.157	8%	

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Custos e Despesas				
Custos e Despesas (R\$ Mil)	2025	2024	Δ	
Pessoal	(99.430)	(96.688)	3%	
Conservação e Manutenção	(61.750)	(59.725)	3%	
Serviços de Terceiros	(52.429)	(47.803)	10%	
Seguros	(7.418)	(7.177)	3%	
Outros Custos Operacionais	(17.467)	(20.597)	-15%	
Despesas Administrativas	(45.665)	(46.798)	-2%	
Custos e Despesas Administráveis	(284.159)	(278.788)	2%	
Ônus de Fiscalização e Variável	(96.636)	(89.490)	8%	
Depreciação e Amortização	(208.769)	(183.553)	14%	
Provisão para Contingências	(12.754)	(13.359)	-5%	
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(602.318)	(565.190)	7%	
Custo de Construção (IFRS)	(663.714)	(422.487)	57%	
Provisão de Manutenção (IFRS)	(245.827)	(120.573)	104%	
Custos e Despesas Operacionais	(1.511.859)	(1.108.250)	36%	

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.



Os Custos e Despesas Administráveis estão abaixo do budget da EIXO.

EBITDA e Margem EBITDA				
EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Mil)	2025	2024	Δ	
Lucro Líquido	(2.417)	41.460	-105,8%	
Resultado Financeiro Líquido	184.747	214.327	-13,8%	
IRPJ & CSLL	(255)	20.287	-101,3%	
Depreciação & Amortização	208.769	183.553	13,7%	
EBITDA RCVM 156/22	390.844	459.627	-15,0%	
Margem EBITDA	23,07%	33,31%	-10,2 p.p.	
Receita de Construção	(663.714)	(422.487)	57,1%	
Custo de Construção	663.714	4		



liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada exercício. 2.7. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais. ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. A Companhia não apresenta instrumentos de dívida que são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. 2.8. Imobilizado: O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada e qualquer perda não recuperável acumulada de perda por valor recuperável ("impairment"), se aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme divulgado. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.9. "Impairment" (perda por valor recuperável): A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis e intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. 2.10. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras. Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados; e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que tenham impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à interpretação do Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados. **Receita de contratos com clientes:** (a) Receita de Pedágio e Receitas Acessórias: É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente. As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita. As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. (b) Receitas de Construção: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com a Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente. (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, e portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos. 2.11. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1): A infraestrutura, dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01- Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos gastos realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo de concessão da rodovia. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 04 - Ativo Intangível, "O valor amortizável de ativo intangível com vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada" e ainda. "O método de amortização utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros". 2.12. Fornecedores e outras contas a pagar: São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 2.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. 2.14. Credor pela concessão: Representa os valores de ônus de fiscalização (1,5%) e ônus variável (7%), - ambos tendo como base de cálculo a receita bruta de pedágio mais receita acessória - a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais. 2.15. Provisões: Quando aplicável, as provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, é provável que terá de liquidar a obrigação e quando é possível mensurar de forma confiável o valor da obrigação. Uma obrigação construtiva, ou não formalizada, é aquela que decorre das ações da Companhia que, por meio de um padrão estabelecido de práticas passadas, de políticas publicadas ou de uma declaração atual suficientemente específica, indique a outras partes que a Companhia aceitará certas responsabilidades e, em consequência, cria uma expectativa válida nessas outras partes de que cumprirá com essas responsabilidades. 2.16. Provisão para manutenção: Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias para mantê-las nos níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. 2.17. Passivos financeiros e patrimônio líquido: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Instrumentos financeiros híbridos:** O valor de opção de conversão de Debêntures em patrimônio líquido deve ser incluído

no componente do passivo. A soma dos montantes atribuídos aos componentes do passivo e patrimônio líquido no reconhecimento inicial é sempre igual ao valor justo que seria atribuído ao instrumento como um todo. Nenhum ganho ou perda deve decorrer do reconhecimento inicial dos componentes do instrumento separadamente. O emissor de título conversível em ações ordinárias deve determinar primeiro o valor contábil do componente do passivo, mensurando o valor justo de passivo similar que não tenha um componente de patrimônio líquido associado. O valor contábil do instrumento patrimonial representado pela opção de conversão do instrumento em ações ordinárias deve ser, então, determinado pela dedução do valor justo do passivo financeiro do valor justo do instrumento financeiro composto como um todo. 2.18. Lucro básico e diluído por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. 2.19. Reconhecimento de receita: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da



9. IMOBILIZADO

	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia comercial	Equipamentos para veículos	Caminhões	Edifícios	Outros	Total
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Adições	456	9.333	1.811	179	87	782	484	1.870	15.002
Baixas	-	(109)	-	-	(16)	(357)	-	(5)	(487)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.842	50.268	8.274	279	702	64.015	8.436	3.597	138.413
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Adições	(359)	(5.406)	(637)	(41)	(72)	(4.129)	(350)	(445)	(11.439)
Baixas	-	63	-	-	2	231	-	3	299
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(883)	(13.352)	(4.689)	(47)	(212)	(34.733)	(566)	(1.411)	(55.893)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.959	36.916	3.585	232	490	29.282	7.870	2.186	82.520
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.907	35.985	5.345	336	468	65.168	2.669	1.113	112.991
Adições	504	5.119	1.118	18	163	1.367	5.283	620	14.192
Baixas	(25)	(60)	-	(254)	-	(2.945)	-	(1)	(3.285)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.386	41.044	6.463	100	631	63.590	7.952	1.732	123.898
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(264)	(4.753)	(3.121)	(229)	(88)	(27.036)	(15)	(290)	(35.796)
Adições	(285)	(3.314)	(931)	(32)	(54)	(6.314)	(201)	(680)	(11.811)
Baixas	25	58	-	255	-	2.515	-	-	2.854
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(524)	(8.009)	(4.052)	(6)	(142)	(30.835)	(216)	(969)	(44.753)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.862	33.035	2.411	94	489	32.755	7.736	763	79.145
Taxas de depreciação - a.a.	10	20	20	20	25	10	25	10	

Em 31 de dezembro de 2025, não há bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos, debêntures ou de processos de qualquer natureza. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis, são revisados detalhadamente anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Companhia concluiu que não há nenhum indicativo adicional que leve à necessidade de constituição de provisão para "impairment" dos ativos imobilizados em relação a análise de "impairment" realizada em 31 de dezembro de 2025. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

10. INTANGÍVEL

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Adições (b)	-	159.290	-	3.652	782.143
Baixas (d)	-	(10.853)	-	-	(13.161)
Transferências	-	467.022	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	2.897.136	1.136.335	10.995	4.618.746
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Adições	-	(151.919)	(37.877)	(405)	(190.201)
Baixas	-	341	-	-	341
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(525.201)	(211.481)	(1.016)	(737.698)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	2.371.935	924.854	9.979	3.881.048
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

	Intangível em rodovias - obras e serviços - em andamento (i)	Intangível em rodovias - obras, serviços e capitalização de custos de empréstimos (c) (i)	Contrato de Concessão- Outorga (i e ii)	Software	Total
Custo do intangível					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	402.103	1.787.075	1.136.335	5.334	3.330.847
Adições (b)	387.425	129.724	-	2.009	519.158
Baixas (d)	-	(241)	-	-	(241)
Transferências	-	365.119	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	2.281.677	1.136.335	7.343	3.849.764
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(246.587)	(135.727)	(375)	(382.689)
Adições	-	(127.055)	(37.877)	(236)	(165.168)
Baixas	-	19	-	-	19
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(373.623)	(173.604)	(611)	(547.838)
Intangível líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	424.409	1.908.054	962.731	6.732	3.301.926
Taxas médias anuais de amortização - % (a)	-	6,78	3,33	6,64	

(a) O intangível, o contrato de concessão e os softwares/direito de uso são amortizados ao resultado de forma linear, pelo prazo da vida útil ou prazo remanescente da concessão, dos dois o menor, (calculada a partir da entrada em operação por um período que não excede o prazo remanescente da concessão) esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (b) As principais adições do período estão representadas pela duplicação da SP 284 e SP 304, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de contenção viária equipamentos de tecnologia, entre outros. (c) Em 2025 não houve capitalização de custos de empréstimos. (d) Foram baixados (R\$114), referentes a equipamentos de conservação rotineira, considerados inservíveis, (R\$34) postes sucatados, (R\$ 3.687) referente a venda de caminhões para a Via Araucária e (R\$ 9.326) referente à dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível constr



Partes relacionadas (*)	Transação (**)	31/12/2024	
		Ativo circulante	Passivo circulante
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de fibra	48	1
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	Compartilhamento de despesas/ Locação de torres	757	-
Pátria Infraestrutura IV	Reembolso de despesas	71	-
Pátria Infraestrutura V Master	Reembolso de despesas	18	-
IBH I Serviços e Participações S.A.	Prestação de serviços (a)	47	820
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	Reembolso de despesas	65	216
Saldo em 31/12/2024		1.006	1.037

Partes relacionadas (*)	Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.	256	124
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.	1.189	234
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A.	1	-
Infraestrutura BR V Rodovias NP Holding I S.A.	9	-
Pátria Infraestrutura V Master	4	18
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(13.176)	(12.330)
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A.	252	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A.	1.146	-
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.	3.111	2.928
	(7.208)	(9.026)

(a) Prestação de serviços para atividades contábeis e fiscais, financeiras, "supply chain", administração de pessoal, seguros, entre outras. (*) Parte relacionada composto pelas investidas do Pátria Investimentos, sem qualquer ligação societária com a Companhia, exceto pelo Fundo Pátria investidor, IBH I Serviços e Participações S.A e GIC Group. (**) Compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Remuneração dos Administradores: Em 14 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o limite de remuneração global dos Administradores da Companhia para o exercício de 2025 em até R\$10.500, incluídos nesse valor os benefícios e encargos para o exercício social. Os Administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro). Em 2025, foram pagos R\$8.107 (R\$9.299 em 31 de dezembro de 2024) a título de benefícios de curto prazo, tais como salários, encargos e outros. Debêntures: As debêntures mencionadas na nota explicativa nº 14, alínea a), foram captadas com partes relacionadas: (i) Pátria Infraestrutura IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - 70% do montante total captado; e (ii) Warrington Investment Pte. Ltd. ("GIC Group") - 30% do montante total captado. Destacamos o resultado de juros em relação as debêntures emitidas com partes relacionadas, vide nota explicativa nº 14 com efeito no resultado no montante de R\$ 68.437 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 62.583 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Passivo de arrendamento: No passivo de arrendamento foram adicionados os contratos da EVM Evolution Mobility S.A., que têm por objeto locação de veículos elétricos, com média de 7 anos de duração. A contratada é parte relacionada e movimentou o montante de R\$ 4.046 em 2025.

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

a) Política contábil: A norma determina que todos os arrendamentos mercantis e seus correspondentes direitos contratuais e obrigações deverão ser reconhecidos no Balanço patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. Para os arrendamentos com isenção de reconhecimento, a Companhia registrou a despesa no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrido. Para cada contrato de arrendamento mercantil a Companhia reconhece um Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento composto pelo valor presente das parcelas e custos associados ao contrato de arrendamento mercantil, descontados à taxa média de 11,42% a.a. A taxa é equivalente às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes. O valor do ativo de direito de uso é amortizado ao longo da vida útil estimada do bem ou prazo de vigência do contrato, dos 2 o menor, e cessado quando do ajuste por perda ao valor recuperável, se aplicável, ou mesmo quando ocorre o cancelamento dos termos contratuais de acordo com as condições comerciais e estratégia de negócios da Companhia. Pelo enquadramento tributário da Companhia não há direito à recuperação de créditos com Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. b) Composição dos saldos e movimentação: Passivo de arrendamento

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	15.222	9.625
Adições e atualizações contratuais (a)	22.182	15.755
Baixas de contrato	(176)	(2.462)
Juros provisionados	3.413	1.577
Pagamento de juros	(3.413)	(1.577)
Pagamento de principal	(8.546)	(7.696)
Total	28.682	15.222
Circulante	7.716	5.856
Não circulante	20.966	9.366

A realização da parcela não circulante do arrendamento dar-se-á da seguinte forma:						
2027	9.622	3.133				
2028	6.556	2.133				
2029 em diante	10.271	7.283				
Total	26.449	12.549				
Ajuste a valor presente	(5.483)	(3.183)				
Passivo de arrendamento	20.966	9.366				

(a) As adições referem-se à substituição parcial da frota de veículos operacionais e administrativos, da qual a Companhia realizou a contemplação de novos contratos de arrendamentos.

	Adoção Inicial	Dez. 2022	Dez. 2023	Dez. 2024	Dez. 2025	Dez. 2026 em diante	
IPCA					4,05%	3,80%	
Ativo de arrendamento (i)							
Balanço patrimonial	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	18.621	-
Fluxo com projeção	19.588	6.882	10.214	14.588	26.915	19.376	-
Passivo de arrendamento (ii)							
Balanço patrimonial	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.080	-
Fluxo com projeção	19.588	6.507	9.625	15.222	28.682	21.934	-
Despesas financeiras (ii)							
Balanço patrimonial	638	464	1.577	960	3.224	5.483	
Fluxo com projeção	638	464	1.577	960	3.354	5.691	
Despesas de amortização (i)							
Balanço patrimonial	7.148	6.984	8.919	2.750	8.294	18.621	
Fluxo com projeção	7.148	6.984	8.919	2.750	8.630	19.329	

(i) Apresentamos a evolução do ativo de arrendamento no qual podemos notar o impacto da realização esperada para ele através das despesas de amortização. (ii) Temos a evolução do passivo de arrendamento, que sofre impactos das despesas financeiras e sua realização ocorrerá através do recebimento das devidas faturas.

20. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 9,35% ao ano, correspondente a taxa de retorno do contrato de concessão. Os valores são provisionados por trecho e os ciclos de intervenções ocorrem, em média, a cada oito anos. A Companhia revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração da prov



Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável	
Ativos financeiros:			%	Valor
Equivalentes de caixa	413.015	CDI	12,15%	50.181
Aplicações financeiras vinculadas	46.132	CDI	12,15%	5.605
Total	459.147			55.786
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	430.640	IPCA	4,83%	20.800
BNDES FINEM	1.110.384	IPCA	4,83%	53.632
Total	1.541.024			74.432
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.081.877)			(18.646)
Instrumentos	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
Ativos financeiros:			%	Valor
Equivalentes de caixa	423.034	CDI	14,33%	60.621
Aplicações financeiras vinculadas	66.609	CDI	14,33%	9.545
Total	489.643			70.166
Passivos financeiros:				
Debêntures BNDES	437.189	IPCA	4,32%	18.887
BNDES FINEM	1.528.905	IPCA	4,32%	66.049
Total	1.966.094			84.936
Impacto no resultado e no patrimônio líquido	(1.476.451)			(14.770)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas dos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

28. SEGUROS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das

operações normais. Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura - R\$	Vigência
Responsabilidade civil	40.000	Até julho de 2026
Riscos nomeados e operacionais	219.000	Até julho de 2026
Equipamentos	251.890	Até julho de 2026
Seguro patrimonial	41.474	Até agosto de 2029
Veículos - frota	77.614	Até julho de 2026
D&O	53.000	Até agosto de 2026
Risco de engenharia	1.208.514	Até dezembro de 2027
Seguro garantia	2.131.602	Até junho de 2026
Garantia judicial	14.572	Até agosto de 2029
G fiança Locatícia	1.033	Até abril de 2030

29. OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS

No exercício de 2026, a Companhia deverá investir aproximadamente R\$1,3 bilhões de reais, a fim de cumprir as obrigações contratuais da concessão. Os investimentos previstos para 2026 estão representados principalmente pela duplicação da SP 284, 294 e 304, contorno de São Pedro, recuperação de pavimento, terceiras faixas, acostamentos, edificação de SAUs, implantação de dispositivos de segurança viária, equipamentos e tecnologia, entre outros. O contrato assinado com o governo paulista prevê investimentos de R\$14,1 bilhões - ao longo dos 30 anos (base junho/2020) - em infraestrutura e tecnologia, sendo que até o momento, a Companhia realizou um investimento total de R\$ 3,5 bilhões. Assumimos contratualmente o compromisso de neutralizar as emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), calculadas em carbono equivalente (CO2e), proveniente das atividades de operação da concessionária, no sistema rodoviário. A Companhia contrata anualmente empresa especializada, denominada Organismo de Verificação, para realizar o inventário e quantificar as emissões de GEE, de acordo com as Especificações de Verificação do Programa Brasileiro GHG Protocol, norma ABNT NBR ISO 14064-3:2007 e Contrato de Concessão. O relatório emitido pelo Organismo de Verificação referente ao período de 2020 a 2024 totaliza 12,5 mil toneladas de CO2e. Em função deste levantamento a Companhia efetuou a compra de créditos no valor de R\$ 165. Em 2025 a Companhia provisionou R\$ 24, para a compra de créditos, considerando 1,5 mil toneladas de CO2e. A Companhia realiza anualmente o inventário com a finalidade quantificar as

emissões relativas às atividades de operação a serem neutralizadas e as compensações deverão ser executadas quinquenalmente (junho de 2030), consolidando as demandas indicadas nos inventários anuais para promover as medidas compensatórias.

30. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

As seguintes transações não impactaram o caixa da Companhia:

	Nota explicativa		
	31/12/2025	31/12/2024	
Reconhecimento do Direito de uso, pronunciamento técnico CPC 06 (R2)	11	22.182	15.755
Receita de construção	23	663.714	422.487
Custo de construção	24	(663.714)	(422.487)
Fornecedores aquisição de intangível (a)	10/12	(23.472)	2.790
Dação em pagamento (c)		9.326	-
Depreciação usinas de asfalto (b)		(2.599)	(2.345)
Aquisição de imobilizado (a)	9	72	(468)

(a) Valores pagos/creditados no período referente aquisição de períodos anteriores e que conciliam com aquisição de imobilizado e intangível do período. (b) Depreciação de máquinas e equipamentos das usinas de asfalto que produziram CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente para aplicação no intangível. (c) Dação de veículos e equipamentos em pagamento para ativo intangível construído, conforme Nota Explicativa nº10, item d.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 27 de fevereiro de 2026, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: Daniel Rodrigo Lavorini - Controller - CRC 1SP241985/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eixo SP Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para